

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

**ATA DA CERIMÔNIA DE ABERTURA DOS TRABALHOS E 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS -
CEMDP**

No dia trinta de agosto de dois mil e vinte e quatro, na Sala de Reuniões Plenária do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 9º andar - Brasília/DF, foi realizada a Cerimônia de Retomada dos Trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, às dez horas da manhã. Tomaram assento à mesa o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida; a Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Eugênia Augusta Gonzaga; o Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça, Gabriel Silveira Matos; o Chefe do Gabinete Especial da Presidência da República, Marco Aurélio de Andrade Lima; e o Chefe da Assessoria Especial de Defesa, Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Nilmário de Miranda. Nilmário de Miranda proferiu as palavras de abertura da cerimônia comemorando o reinício dos trabalhos da CEMDP e enfatizando a importância da luta pela democracia. A Presidente da CEMDP, Eugênia Augusta Gonzaga, agradeceu pelo retorno à presidência da comissão, pela confiança depositada nela e o apoio recebido, ainda saudou as pessoas que foram responsáveis pela retomada dos trabalhos da CEMDP. Ato contínuo, os integrantes da CEMDP, Diva Soares Santana, Maria Cecília de Oliveira Adão, Rafaelo Abritta, Ivan Cláudio de Garcia Marx e a presidente Eugênia Augusta Gonzaga, realizaram a assinatura da Resolução que estabelece o novo Regimento Interno do Colegiado. Em seguida, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania e a Presidente da CEMDP realizaram a assinatura de pedido de emissão de Resolução, que disponha sobre as retificações dos assentos de óbito das vítimas da ditadura militar brasileira, ao Conselho Nacional de Justiça. A entrega do referido pedido foi realizada por Diva Soares Santana, Representante dos familiares na CEMDP, ao Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gabriel Silveira Matos. Este, por sua vez, de posse da palavra, agradeceu à Comissão pela oportunidade de participar de



uma celebração tão importante para a democracia brasileira e se comprometeu a encaminhar a proposta de Resolução ao CNJ. Adiante, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, cumprimentou os familiares das vítimas, bem como todos os presentes. enfatizou a importância da retomada dos trabalhos da Comissão enquanto política de cuidado e o esforço do MDHC para que isto ocorresse. Encerrada a cerimônia, teve início a pausa para o almoço.

Às 14 horas, os integrantes da CEMDP, Eugênia Augusta Gonzaga, Diva Soares Santana, Ivan Cláudio de Garcia Marques, Natália Bonavides e Maria Cecília de Oliveira Adão, tomaram assento à mesa e prosseguiu-se com a abertura da 1ª Reunião Ordinária da CEMDP em 2024, com a seguinte pauta: apresentação dos integrantes, apresentação da estrutura de apoio à CEMDP no MDHC e orçamento da área, abertura do plenário para recebimento de propostas do público ao plano de trabalho da Comissão. Após uma fala breve de cada integrante, foi apresentado vídeo enviado pela integrante Vera Paiva, devido à sua impossibilidade de comparecimento. Ato contínuo, o Coordenador-Geral de Apoio à CEMDP (CG.CEMDP), Caio Cateb, apresentou um panorama dos trabalhos realizados pela área até então e o orçamento disponível para a realização das atividades. Seguidamente, prosseguiu-se a apresentação cultural com Itamar Correia e a apresentação do vídeo intitulado “Achados e Perdidos: Pequena memória para um tempo sem memória”. Aberta a oportunidade de debates, a Representante do Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL), Luana Batista, proferiu a leitura da carta em nome das Organizações Mitigantes do caso Araguaia no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, contendo considerações à CEMDP quanto à priorização da identificação dos remanescentes humanos encontrados onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, que se encontram sob tutela do Estado, em Brasília, e a continuidade da investigação quanto ao paradeiro das pessoas desaparecidas na região. No que se refere às iniciativas de busca e localização, manifestou que devem ser realizadas com a participação de familiares, sociedade civil e dos órgãos de sistema de justiça, sem a presença das Forças Armadas e pautadas pelos princípios de imparcialidade e transparência. Também foi sugerida a ampla participação dos familiares no planejamento e na execução das expedições, assim como na indicação de peritos independentes para acompanhar os trabalhos de busca e a criação de uma coordenação de investigação com pessoas experientes na área e na produção de provas para fins judiciais e administrativos. Quanto à elaboração de plano de busca, é recomendada a utilização

de metodologia e sistema adequados para coleta e cruzamento das informações, ater-se à prévia reconstituição de óbitos das operações realizadas anteriormente pelas Forças Armadas na região e basear-se em informações em posse Estado sobre o ocorrido com as vítimas, o que implica na concessão do acesso às mesmas. Por fim, o CEJIL considera a necessidade de equipar a CEMDP com recursos humanos e financeiros suficientes para que possa cumprir suas funções de forma efetiva. O Representante da Coalizão Memória, Verdade e Justiça, Léo Alves, procedeu à leitura do pronunciamento aprovado em reunião ocorrida no dia 29 de agosto de 2024, com integrantes da Coalizão. Dentre as sugestões apresentadas, houve o pedido de garantia de orçamento e de recursos humanos de forma a viabilizar os trabalhos da CEMDP; a retomada dos encontros de familiares, com destaque para a necessidade de realização de encontros regionais; a constituição de um Comitê de Acompanhamento das Atividades da CEMDP, composto por entidades da sociedade civil; o desenvolvimento pela CEMDP de ações educativas; a busca de maior presença de público em seus eventos; a viabilização do acolhimento de novos casos e a inclusão de setores historicamente excluídos do escopo da CEMDP, tais como indígenas, moradores de favela e periferias e a população negra. Foi sugerido também que se leve em conta a inversão do ônus da prova na análise dos requerimentos, haja vista a dificuldade de muitos familiares para levantar o conjunto probatório necessário. Na sequência, o Assessor Especial do Presidente da República, Sérgio Ferreira, questionou sobre a possibilidade de solicitar, formalmente, ao Ministério da Defesa e às três Forças Armadas, uma visita aos seus Centros de Informações, a fim de coletar dados sobre documentações que perdidas e extraviadas desde a época do Golpe. Posteriormente, Armando Rollemberg, Representante da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, apresentou documento que enfatiza a importância da recriação da Comissão, dado que muitas pessoas ainda seguem desaparecidas e que há a necessidade de se investigar os casos de camponeses e indígenas, assim como as populações de favelas e periferias, vitimadas pela violência do Exército e das polícias na ditadura. Destacou-se a importância da transformação dos espaços utilizados pelos órgãos de repressão em Centros de Memória, (como já foi feito com o Memorial da Resistência, no antigo DOPS, em São Paulo, e se anuncia fazer com a Casa da Morte, em Petrópolis). O Defensor Regional dos Direitos Humanos de São Paulo, Érico Oliveira, parabenizou pela retomada dos trabalhos da CEMDP e se colocou à disposição, assim como toda a Defensoria Regional dos Direitos Humanos de São Paulo. Cristina

88 Capistrano sugeriu que a Comissão entre em contato com o Ministério da Educação a fim de
89 produzir um material acessível, a partir do ensino médio, sobre a história do período. Miro lembrou
90 que os familiares aguardam há muito tempo pela identificação de entes queridos e ressaltou a
91 importância de zelar para que os trabalhos nas instâncias de justiça de transição sejam
92 desenvolvidos de modo a evitar que pessoas desaparecidas sejam revitimizadas por não serem
93 reconhecidas como tal, devido à detalhes de informações e de ausência de provas documentais. Em
94 seguida, Gilney Viana, Representante de pesquisadores e Representações Camponesas que se
95 reúnem na Comissão Camponesa da Verdade, considerou a necessidade de ampliar o número de
96 pessoas reconhecidas como atingidas pela ditadura, não apenas os 434 considerados pela Comissão
97 Nacional da Verdade (CNV), e ofereceu o trabalho que vem sendo desenvolvido pela sua
98 representação, a fim de auxiliar as demandas e atividades da CEMDP. A Ex-Presidente da
99 Associação de Anistiados Políticos da Paraíba, Helena, solicitou a inclusão de outras pessoas dentre
100 as consideradas mortas e desaparecidas devido à ditadura militar, como João Goulart e Juscelino
101 Kubistchek, e que seja realizado um Seminário Interministerial e Nacional que aborde esse tema tão
102 relevante. Jana Sá propôs que a Comissão avance na investigação e no reconhecimento dos casos de
103 militantes mortos após a redemocratização como parte da luta, memória, verdade e justiça no Brasil.
104 Fernanda Rocha, em referência à causa dos Camponeses do Estado da Paraíba, reforçou a
105 importância de retomar e voltar o olhar para as ligas camponesas e questionando acerca da
106 ampliação de escopo dos trabalhos da comissão, se é possível a abertura de novos requerimentos.
107 João Marcos Santa Cruz inquireu sobre as questões afetas ao planejamento e orçamento da
108 Comissão. Em resposta às proposições apresentadas, a Presidente da CEMDP, Eugênia Augusta
109 Gonzaga pontuou sobre a importância das parcerias para realização dos trabalhos da Comissão e
110 solicitou que as entidades que apresentaram documentos escritos os protocolem de forma a
111 possibilitar a análise das considerações e sugestões. Esclareceu que a CEMDP planeja dar apoios
112 baseados em informações aos projetos de espaços de memória e ressaltou a responsabilidade da
113 Assessoria Especial de Defesa, Democracia, Memória e Verdade do MDHC sobre o tema.
114 Assegurou que foram realizadas reuniões com os Ministros da Justiça e Defesa na outra gestão e
115 essa será uma pauta prioritária para este ano. Concluiu garantindo que todas as manifestações foram
116 registradas e serão contempladas no Plano de Trabalho da referida Comissão. Maria Cecília de

117 Oliveira Adão reforçou a importância da incorporação de novos atores – quilombolas, camponeses,
118 indígenas – dentro do escopo das vítimas. Rafaelo Abritta pontuou que o Ministro da Defesa, José
119 Múcio Monteiro, está empenhado em conseguir equacionar as pendências e, assim, conseguir
120 atingir a finalidade da referida Comissão. Natália Bonavides concluiu que será necessário unir
121 forças e buscar apoio com os partidos que se alinham à pauta e sugeriu à Coalizão Memória que
122 prepare uma Moção ou Carta falando sobre a importância do tema, para que seja distribuída nos
123 gabinetes, a fim de buscar apoio à causa. **Encerramento:** O mestre de cerimônias agradeceu a
124 participação dos convidados e declarou encerrada a Cerimônia de Abertura dos Trabalhos e 1ª
125 Reunião Ordinária da CEMDP. **Encaminhamentos:** Realizar o protocolo dos requerimentos
126 apresentados na reunião de forma a garantir a apreciação das sugestões pela CEMDP e possível
127 inclusão no plano de trabalho. Deste modo, a Carta da Associação Brasileira de Imprensa – ABI
128 compõe o **Anexo I**, e a Carta do Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL, o **Anexo II**,
129 **da presente ata.** Não consta envio de documento elaborado pela Coalizão Memória. Quanto à
130 solicitação da CEJIL, de transferência imediata dos remanescentes ósseos que estão na
131 Universidade de Brasília - UnB para o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense –
132 CAAF/Unifesp, deliberou-se pela solicitação de audiência judicial para tratar dessa possibilidade,
133 ou eventualmente, ao ICMP, que já está responsável pela análise de outros remanescentes ósseos de
134 vítimas da ditadura.